

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E O TEMA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Victor dos Santos Moraes

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Guarulhos/SP)

Resumo: *A partir da compreensão de que o tema avaliação da aprendizagem compõe o campo teórico da Didática e que as práticas avaliativas podem revelar concepções filosóficas, políticas, pedagógicas e éticas do trabalho docente, este artigo busca destacar aspectos significativos para a formação inicial de professores ao agregar esta temática a uma análise crítica sobre os estágios curriculares obrigatórios. Para tanto, apresenta resultado de pesquisa que objetivou compreender quais fundamentos têm subsidiado as práticas avaliativas desenvolvidas em classes dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas, tendo por base registros elaborados por estudantes de um curso de Pedagogia durante a realização da Residência Pedagógica, uma forma inovadora de organização dos estágios curriculares obrigatórios. A investigação previu, em um primeiro momento, um levantamento parcial de artigos, resultantes de pesquisas sobre o tema avaliação da aprendizagem, encontrados em cinco periódicos classificados como A1 pela CAPES, com o objetivo de conhecer de que forma esta temática vem sendo discutida. Na sequência, foi desenvolvida uma pesquisa documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009) realizada por meio de leitura, análise e interpretação de registros escritos em cadernos de campo, elaborados por residentes estagiários durante período de imersão, de quatro semanas ininterruptas, em escolas públicas. Pautado no referencial teórico investigado e, principalmente, por autores como Esteban (2009), Freitas et al. (2009) e Luckesi (2011), o estudo revelou que, dentre os artigos pesquisados, a avaliação da aprendizagem é um 'tema silenciado' e que esta ausência se repete no conteúdo dos relatos apresentados pelos estagiários sobre o cotidiano da sala de aula, porque as práticas avaliativas são quase inexistentes. Além disso, demonstrou que a identificação de alguns aspectos fundamentais das práticas avaliativas contidas nos registros elaborados pelos residentes aponta que o período de estágio pode se transformar, efetivamente, em um momento privilegiado para a aprendizagem da docência.*

Palavras-chave: *Formação inicial. Avaliação da aprendizagem. Estágios supervisionados.*

INITIAL TRAINING OF TEACHERS AND LEARNING ASSESSMENT

Abstract: *With the comprehension that the theme learning assessment belongs in the theoretical field of Didacticism and that assessment practices can reveal philosophical, political, educational and ethical concepts of the teaching profession, this article seeks to highlight significant aspects for the initial training of teachers as it adds this issue to a critical analysis of mandatory supervised internships. The article presents the results of research aimed at understanding what foundations have subsidized the assessment practices developed in classes in the early years of primary education in public schools, based on records prepared by students of a Pedagogy program in their Teaching Residence: an innovative form of organization of mandatory internships. The investigation predicted, at first, a partial collection of articles resulting from research projects on the theme learning assessment, found in five journals classified as A1 by CAPES to know how this issue is being discussed. In the sequence, documentary research was developed (SÁ-SILVA, ALMEIDA AND GUINDANI, 2009) by reading, analyzing and interpreting written records in field notebooks prepared by resident interns during the immersion period of four uninterrupted weeks in public schools. Based on the investigated theoretical framework and mainly on authors like Esteban (2009), Freitas et al. (2009) and Luckesi (2011), the study showed that, among the articles researched, learning assessment is a "muted theme" and that this absence is repeated in the contents of the reports presented by the interns about the daily routine in the classroom, because the assessment practices are almost nonexistent. Moreover, it showed that the identification of some fundamental aspects of assessment practices contained in the records prepared by the interns shows that the internship period can effectively become a privileged moment for learning teaching.*

Keywords: *Initial training. Learning assessment. Supervised internships.*

Introdução

Ao articularmos o tema *avaliação educacional* a outro tema bastante complexo, a *formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental*, percebemos que importantes questões poderiam ser abordadas. A principal delas, desencadeadora do objeto de estudo que norteou a pesquisa em questão, é pressupor que nem sempre nos cursos de formação o conteúdo sobre *avaliação* é tratado com a devida importância e nível de profundidade que exige. Esta inquietação ganha outra dimensão quando reconhecemos que as práticas avaliativas, sejam elas externas ou internas à escola, têm estado muito mais a serviço da exclusão do que da construção da autonomia tanto do estudante como da própria escola.

Luckesi (2011) explica que o conceito de avaliação implica uma noção processual da ação docente em sala de aula, subsidiadora do planejamento e replanejamento de ensino que permite ao professor estruturar sua intervenção no processo de ensino-aprendizagem atrelada aos objetivos propostos. Dessa forma, o autor desconstrói a tendência tradicional que, ao instrumentalizar a avaliação, insere-a no final do processo, apenas como verificadora de resultados e a descola da proposta pedagógica como um todo.

Esteban (2009, p. 54), por sua vez, exalta que “é fundamental dar ênfase aos processos de avaliação que possam acolher, confrontar e mobilizar pensamentos divergentes, a invenção de trajetórias e a incorporação da diferença” para que possamos produzir uma escola pública de qualidade, uma escola que alinhe processos de avaliação das crianças ao compromisso pela aprendizagem infantil.

Para tanto, cabe destacar “o papel fundamental do profissional da educação na criação de uma autoestima positiva em crianças e jovens” indicado por Freitas (2009, p. 69), ao problematizar a avaliação da aprendizagem e como ela pode direcionar o destino dos alunos para o sucesso ou para o fracasso.

Nessa perspectiva, e tendo como foco a *avaliação da aprendizagem*, nos perguntamos sobre como práticas formadoras que ocorrem nos cursos de Pedagogia tem se organizado para formar professores que consigam compreender as dimensões e as intenções das práticas avaliativas e desvelar que, atrás de toda ação professoral, de toda tomada de decisão, atitude ou opção a ser assumida em seu trabalho pedagógico, há uma dada concepção de educação subjacente aos princípios adotados pelo docente. Como consequência, também indagamos como estes cursos contribuem para que os futuros professores, de posse desse conhecimento, busquem romper com a lógica perversa de práticas de avaliação em sala de aula, muito mais segregadoras do que formativas, muito mais promotoras de exclusão do que emancipadoras. Uma lógica que, ao naturalizar o fenômeno educativo, desconsiderando, portanto, suas determinações históricas e sociais, acaba por naturalizar o fracasso das crianças frente aos conhecimentos escolares, desonerando a escola de qualquer responsabilidade.

Por compreendermos que o período de estágio no processo formativo é uma etapa fundamental para ‘aprender sobre a prática’, acreditamos que desenvolver uma investigação que tivesse como foco os estudantes, futuros professores e como eles percebem as práticas de avaliação e as registram durante o período de estágio poderia nos oferecer elementos para pensar de uma só vez sobre o que acontece nas salas de

aula e como esses futuros professores têm sido preparados para analisar e interpretar essa realidade cotidiana das escolas.

Assim, desenvolvemos uma pesquisa norteada pela seguinte questão problematizadora: quais fundamentos subsidiaram as práticas avaliativas desenvolvidas nas classes dos anos iniciais do ensino fundamental, segundo registros de alunos, futuros professores, elaborados durante a realização dos estágios?

Diante do exposto, o presente artigo buscou destacar aspectos significativos do estudo em questão, com o objetivo de contribuir tanto para uma análise crítica do cotidiano escolar como para as práticas de formação de professores durante o período de estágios supervisionados, tendo por base a compreensão de que o tema *avaliação da aprendizagem* compõe o campo teórico da Didática e que as práticas avaliativas podem revelar concepções filosóficas, políticas, pedagógicas e éticas do trabalho docente.

Metodologia

A forma como a pesquisa foi desenvolvida teve como base a leitura, análise e interpretação da literatura existente sobre o tema, o que, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) caracteriza-se como *pesquisa bibliográfica*.

A investigação previu, em um primeiro momento, um levantamento parcial de artigos produzidos entre os anos de 1990 e anos 2000 em diante, resultantes de pesquisas sobre o tema *avaliação da aprendizagem*, encontrados em cinco periódicos classificados como A1 pela CAPES, com o objetivo de conhecer de que forma esta temática vem sendo discutida e compor um banco de dados para o embasamento do aporte teórico do estudo. Tudo isso para que pudéssemos projetar os estudos da avaliação para a atual realidade da educação, observar um percurso evolutivo das vertentes que se assumem em relação à prática avaliativa escolar até os dias de hoje e desenvolver um parecer linear acerca do que a produção de conhecimento vem apontando como problemas da avaliação escolar ao longo dos anos, em que se evoluiu em termos conceituais e o que ainda é preciso superar.

Cumpriu-se então, na primeira etapa da pesquisa, a elaboração e a organização de um banco de dados referente ao aporte teórico que foi subsidiador das ações da etapa subsequente. Todos os textos identificados foram organizados em um banco de dados virtual. Aqueles digitalizados foram disponibilizados na íntegra; os demais tiveram disponibilizadas somente suas fontes de referência. O resultado obtido desse processo foi, portanto, a classificação dos textos encontrados em quatro (4) subtemas pertencentes ao tema maior da avaliação da aprendizagem, a partir da necessidade de uma melhor organização, exploração e compreensão do banco de dados que, em sua natureza, também ajudou a caracterizar o perfil da metodologia utilizada: Avaliação e Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs); Concepções; Dimensões da Avaliação; História da Avaliação.

Para cumprir com a finalidade deste artigo não apresentaremos, detalhadamente, os resultados alcançados nessa etapa da pesquisa, mas destacaremos a conclusão mais significativa. Constatamos que, dentre os autores mais contemporâneos, a avaliação da aprendizagem é um ‘tema silenciado’, porque são raros os artigos que tratam como foco principal este tema, consequência de uma

escassa produção de pesquisas que tenha como escopo problematizar o tema avaliação da aprendizagem. Além disso, entre os artigos analisados, nenhum deles problematizou a formação de professores por meio da temática avaliação da aprendizagem.

Concluída a primeira etapa, procedemos à pesquisa documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009) realizada pela leitura, análise e interpretação de registros escritos sobre práticas pedagógicas de professores que ministram aulas no ensino fundamental, reunidos em cadernos de campo elaborados por residentes durante seus períodos de imersão, ao longo de quatro semanas ininterruptas, em escolas públicas. Concernentes ao objeto de investigação desta pesquisa, coube-nos focalizar os conteúdos que revelassem as práticas avaliativas desenvolvidas pelos professores do ensino fundamental.

Faz-se necessário esclarecer, para entendimento geral da natureza da pesquisa, que os documentos utilizados para a fase de análise definidos como cadernos de campo, consistem em instrumentos metodológicos utilizados na Residência Pedagógica¹ de uma universidade pública federal, que é uma forma diferenciada de organização dos estágios, os quais traduzem a observação e a intervenção pedagógica pontual dos estudantes, na turma em que realizam a residência, a partir do que eles registram sobre as práticas escolares. Essa forma de registro é elaborada, tendo por base um roteiro de observação, um instrumento que possibilita ao residente expor suas impressões a respeito do que vivencia no cotidiano da escola. A leitura prévia desse documento, a análise das contradições existentes e as problematizações a respeito dos conteúdos expostos compõem o tipo de trabalho que deve ser desenvolvido pelo professor orientador dos estágios (preceptor), fato que caracteriza a importância desse instrumento para a aprendizagem da docência.

O conteúdo agrupado no caderno de campo, ao ser problematizado, com a contribuição da mediação de seus respectivos professores-preceptores na universidade, permite ao residente, futuro professor, refletir e analisar formas de superação de eventuais dificuldades verificadas no trabalho pedagógico e dimensionar suas hipóteses iniciais, ampliando o conhecimento sobre a prática docente e a compreensão sobre os fatores que são limitadores para o trabalho do professor no cotidiano da sala de aula, ou do gestor, na condução do projeto pedagógico, ambos atuando na escola pública para a qual a proposta do Programa de Residência Pedagógica é direcionada.

O material escrito analisado foi produzido por estudantes do curso de Pedagogia que desenvolveram a Residência Pedagógica em escolas públicas municipais do ensino fundamental, nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. Limitamos o número de documentos a serem analisados em oito (8) cadernos de campo, escolhidos aleatoriamente.

As informações encontradas nos registros escritos, por meio de diversas leituras flutuantes realizadas, foram selecionadas e organizadas em cinco categorias que serviram para subsidiar a discussão sistematizada dos dados e a compreensão das concepções encontradas: *dificuldade de aprendizagem; avaliação comportamental; avaliação por disciplinas escolares; avaliação reguladora, punitiva e coercitiva; instrumentos avaliativos.*

Para o presente artigo, reservamos parte da análise dos registros numa tentativa de elucidar aspectos significativos identificados pelos residentes sobre as

práticas avaliativas desenvolvidas em classes do ensino fundamental, numa tentativa de oferecer elementos que subsidiem uma discussão mais aprofundada sobre como os estágios curriculares são organizados nos cursos de formação reafirmando a importância dessa etapa para a aprendizagem da docência.

Práticas avaliativas em sala de aula sob o olhar dos residentes

O olhar dos estagiários do curso de Pedagogia, traduzidos na forma de registro, frente às práticas cotidianas das escolas públicas em que desenvolveram a Residência Pedagógica, resultou numa gama extensa de conteúdos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem e suas implicações. Nesse caso, foi necessário realizar inúmeras leituras, com o objetivo de desvelar quais momentos poderiam ser caracterizados como momentos de práticas avaliativas, sem correr o risco de os distanciar de sua relação intrínseca com o processo de ensino em sua totalidade.

Diante desse esforço, no que se refere às práticas de avaliação propriamente ditas, foi possível encontrar nos registros das práticas observadas um destaque dos residentes para a forte valorização da ‘estética’ do aprendizado, em outras palavras, daquilo que o aluno apresenta por escrito acerca do conteúdo trabalhado ou da aula ministrada, isto é, o seu produto final, como forma de tradução efetiva do que o aluno aprendeu. Esta prática está imbuída de uma avaliação tradicional pautada num padrão a ser seguido e ligada a um aprendizado mecânico, esvaziado de conteúdo e significado e incentivador de habilidades que não se atrelam ao processo do desenvolvimento cognitivo, como se pode observar nas diversas incidências trazidas pelos estudantes de professores que praticam a correção de cadernos sem sentido, apenas para constar oficialmente para os pais, responsáveis e para a instituição que são assíduos num acompanhamento contínuo de seus alunos, mas que, na verdade, corroboram uma avaliação que se esgota na verificação do desempenho do educando.

É interessante observar que, ao longo de toda a análise, essas críticas vão aparecendo de diferentes formas nos registros dos universitários, alertando para o fato de que estas formas classificatórias e não qualitativas de avaliar os alunos muitas vezes se enquadram numa outra dimensão, a do ato regulador, punitivo e coercitivo de avaliar, quando a atitude do professor prejudica a formação e a emancipação do sujeito, quando o saber não gera o prazer no trabalho com crianças, até mesmo quando o professor atua sem planejamento, à beira de um ‘espontaneísmo’ pedagógico, sem intencionalidade, que prejudica a avaliação.

Este argumento comprova-se, por sua vez, por um excerto dos registros:

Enfim, o que mais não concordava eram os mecanismos de controle utilizados, como levar para a diretoria, suspensão, advertência, a cultura do medo e da ameaça que aflige a todos na escola e trai uma educação que se pretende democrática. [...] Postulo que enquanto o saber não gerar prazer, haverá necessidade de ‘amuletos’ que levem as crianças a aprenderem por obrigação, e ameaças rechaçando suas criatividades, assim, os que não se sujeitam aos mecanismos de poder e imposição da ideia hegemônica, não podem ser culpados de seu insucesso acadêmico; eles têm outro ponto de vista; partem de outro princípio, devido a outros fatores (Residente 1/2010, p.3).

Esta discussão suscita opiniões delicadas sobre a postura de profissionais com os quais não se relacionou diretamente e que, por isso, torna-se complicado formular conclusões prontas e acabadas sobre o trabalho destes sujeitos; porém é importante indicar a necessidade de uma reflexão sobre até que ponto tais práticas avaliativas, mesmo que supostamente engendradas, são saudáveis para a aprendizagem dos alunos.

A instrumentalização da avaliação, outro aspecto analisado nos registros, põe em cheque o embate entre as práticas avaliativas classificatórias/excludentes/tradicionais e as progressistas/formativas/qualitativas, o qual não se delinea simplesmente numa atitude maniqueísta em que o certo e o errado são claramente separados em lados opostos, mas que essas concepções adotadas são cotidianamente postas em prática simultaneamente em sala de aula, pelo mesmo professor, numa mesma atividade, daí a complexidade do tema da avaliação. Neste âmbito da discussão, a prova aparece como o instrumento avaliativo mais proeminente no desencadeamento desta questão, a qual se dá de maneira formal, pontual e explicitamente reguladora do comportamento discente.

A regularidade de um cenário controlador e coercitivo no ato de avaliar das professoras que recebem os residentes perpetua-se fortemente na descrição dos cadernos de campo, sem ressalvas ou contraposições, mas simplesmente encerrando-se nessas tristes constatações que se tornam ainda mais nítidas em alguns de seus excertos: “[...] passou várias vezes entre as carteiras para olhar as letras e se havia algo que alertar sobre a cópia” (Residente 1/2012, p. 4); “[...] a avaliação era simplesmente para que relembassem o que já tinham visto em outro momento” (Residente 1/2012, p.4); “[...] a meu ver, ficou uma atividade meio solta, flutuante, antes de começar a matéria ‘verdadeira’ do dia, ou seja, como a professora vai avaliar o que os alunos aprenderam a partir de uma atividade sem sentido como essas” (Residente 1/2012, p. 17); “[...] a breve revisão que ela fez não foi suficiente para eles compreenderem o que era pedido e muitos não souberam fazer, de modo que acabou colocando as respostas na lousa, sem a participação deles, para agilizar a aula” (Residente 1/2013, p.9); “[...] não houve correção na lousa, apenas alguns alunos mostraram o caderno para ser olhado e corrigido pela professora individualmente” (Residente 1/2013, p. 25); “A professora leva em consideração o desenvolvimento das atividades da maioria dos alunos, prejudicando cada vez mais os alunos com dificuldades de aprendizagem. Uma outra característica [...] é a falta de paciência (gritos, humilhações) para ensinar estas crianças, causando nesses alunos intimidações e vergonhas” (Residente 1/2013, p. 29).

Averigua-se, do mesmo modo, quando a avaliação comportamental não acontece positivamente, na maioria das vezes em que as professoras não avaliam bem o comportamento das crianças durante sua aula por não apresentarem interesse em aprender e, então, resolvem puni-las frente às demais, ao menos sob o olhar desta análise, pois em muitos dos casos as impressões expostas aparentam-se a esta:

[...] o castigo seria a interpretação negativa das crianças diante do chamar a atenção delas em público em que o teórico Araújo (1999) explica que a vergonha configurasse no encontro de dois sentimentos: a inferioridade e a exposição. Esse episódio me faz refletir sobre a conduta de uma criança que após ser chamada a atenção fica cabisbaixa justamente por

este motivo, a exposição sobre as demais crianças, provocando uma perversa chaga no que se refere à participação da mesma na sala, pois ela irá pensar muito antes de se pronunciar em sala [...] o medo possibilitará um aluno que não questionará e, portanto, continuaremos com alunos covardes, sob o ponto de vista kantiano (Residente 1/2013, p.3 – 4).

Estes dados representam elementos nocivos de uma avaliação deturpada em seu suporte conceitual ideal, o que novamente poderá desencadear na dificuldade de aprendizagem do aluno, danosa ao seu desenvolvimento, como se pode confirmar na observação do residente:

[...] a avaliação é algo que chamarei a atenção pois notei um movimento interessante dessa professora, ela avalia diariamente seus alunos, pois para toda explicação dada é aplicada uma atividade que, nas vezes que estive presente, foram individuais, e de carteira em carteira foi corrigindo e expondo novamente as crianças, dizendo energicamente: “Como você não sabe disso? Mas eu acabei de explicar!” (Residente 1/2013, p.4).

Desta forma, certifica-se que a avaliação comportamental reguladora, punitiva e coercitiva causa a vergonha da criança, sentimento que é responsável por nossa regulação moral. Partindo-se do pressuposto de que a figura do professor é uma referência para a criança, a avaliação da aprendizagem deve ser pensada cuidadosamente para evitar a exposição do aluno.

Por outro lado, encontramos alguns registros que retratam uns dos raros momentos apreciados pelos residentes quanto à avaliação: “[...] na minha opinião, a avaliação feita pelos próprios alunos, entre eles, é muito proveitosa, pois eles se sentem mais soltos para perguntar as dúvidas e para arriscar respostas, que é o fundamental na aprendizagem” (Residente 2/2011, p.7); “Os instrumentos utilizados pela professora para avaliar as aprendizagens dos alunos são a correção do caderno durante as atividades e o interesse ou não do aluno em participar das atividades. E as crianças tomam parte do processo de avaliação da professora, através de comentários orais durante as aulas e nas correções dos cadernos com algumas observações escritas” (Residente 2/2012, p.21).

No outro extremo, o pior dos casos, encontra-se nos registros em que os residentes relatam que há a ausência da avaliação, cujos efeitos certamente são muito prejudiciais ao bom andamento das aulas. Segundo eles, quando isso acontece, é claramente notável que as crianças sentem a falta de algo, pois ficam esperando um retorno daquilo que apresentam. Daí a importância, revelada por um dado verídico de observação, da avaliação, uma vez que o aluno precisa dela para atribuir sentido ao que aprendeu e produziu. Faz-se necessário entender que esta é uma necessidade intrínseca à natureza do ser humano: enxergar significado e atribuir sentido em suas atividades para sentir-se útil no que faz, como norteador do seu crescimento e desenvolvimento pessoal, intelectual e social em relação ao coletivo.

Reverbera-se aqui a ideia de que as concepções de avaliação coexistem a todo momento na ação docente, mas que nem por isso devam ser confundidas (por exemplo: uma avaliação pode ser contínua sem ser formativa, embora a dimensão formativa da avaliação englobe a noção processual e, portanto, o sentido de continuidade), uma vez que isso também representa a complexidade do conceito

trabalhado como igualmente ratifica-se no relato de um dos residentes: “Acredito que a questão também está presente por parte da professora, porém também não significa dizer que a avaliação realizada possui coerência, as avaliações são quantitativas, em que o aluno que acerta tudo, é exaltado perante os demais [...]” (Residente 2/2013, p.8).

O mesmo pensamento é reiterado em mais um excerto:

No que se refere ao ato de avaliar que está em permanente relação com o ato de planejar destaca a importância dada pela professora que diariamente realiza a avaliação da aprendizagem das crianças, visando sempre o caráter qualitativo, além da predominância de trabalhar questões relacionadas ao ler, escrever e contar, e avalia e retoma o mesmo conteúdo até a criança internalizar o conteúdo, porém ela não relaciona a avaliação realizada em outras disciplinas [...] percebo que falta contextualizar com algo que possui relação com o cotidiano das crianças (Residente 2/2013, p.9).

Inúmeras questões entrelaçaram-se nesse jogo polêmico da discussão sobre avaliação, dentre elas, a do instrumento e seus respectivos efeitos nos resultados obtidos na avaliação que, contrariamente ao modo tradicional, como já exposto aqui a importância dada a ele e seu impacto em práticas avaliativas tradicionais naturalizadas pelo professor(a) em sala de aula; também tem-se outras impressões decorrentes de um método mais inovador como o próprio residente diz: “veja o quão é diferente avaliar através de provas e não através do próprio raciocínio utilizado pela criança” (Residente 1/2013, p.9).

Essas fragilidades identificadas nas ações avaliativas das professoras-formadoras apontam para a importância do papel ao qual o residente se propõe em sua ação dentro de sala de aula, embora pontual, mas profundamente válida para a ressignificação de sua formação e para fomentar mudanças transformadoras na prática de professores realmente comprometidos com a educação das crianças, tal como podemos asseverar em mais estes trechos extraídos da análise: “eu auxiliei, sugerindo que avaliasse a forma como a criança constrói o raciocínio para a resolução e assim poder fazer a intervenção necessária” (Residente 2/2013, p. 21); “[...] eu corriji as pesquisas de Geografia (eixos, coordenadas, projeções, escala, construção de mapas cartográficos) de quem fez e as perguntas, traçando então uma avaliação a partir da produção do mapa coletivo e individualmente e dos trabalhos realizados dentro e fora da sala” (Residente 2/2013, p.9).

Sendo assim, a pesquisa revela que os residentes conseguem, mesmo que de forma fragmentada, identificar processos específicos de avaliação durante o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Indicam, também, nos registros, características desse processo que poderiam auxiliar uma análise mais aprofundada sobre o ato de avaliar reconhecendo seus princípios norteadores. Nos registros em que relatam o desenvolvimento do Plano de Ação Pedagógicaⁱⁱ, nota-se a preocupação do residente em desenvolver processos avaliativos em que as crianças participam, conforme se pode constatar nesse último trecho de análise apresentado acima. Portanto, podemos afirmar que a identificação de alguns aspectos fundamentais das práticas avaliativas, sejam das práticas dos professores formadores

ou das suas, revela que o período de estágio precisa e pode se transformar em um momento privilegiado para a aprendizagem da docência.

Considerações finais

O objeto a que nos propusemos pesquisar e que, sumariamente, apresentamos nesse artigo buscou, em primeira instância, colocar em evidência, entre outros aspectos, a necessidade de problematizar, de forma integrada, questões sobre formação de professor e sobre a avaliação da aprendizagem.

Se saber ensinar é um dos objetivos principais da docência e o alcance da aprendizagem das crianças, o resultado da qualidade desse processo, o ato de avaliar torna-se fundamental na medida em que é ele que proporciona ao professor não só conhecer o que ainda não se sabe, mas a possibilidade de propor outras formas de possibilitar o acesso a esse saber. Nesse caso, as práticas avaliativas tomam um lugar fundamental no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, como os cursos de formação de professores têm tratado este tema em seus currículos? Nos períodos de estágios em que o estudante da licenciatura toma contato com seu ambiente profissional, as práticas avaliativas são postas em destaque e mais, são desvelados os pressupostos teóricos que as norteiam?

Diante destas questões, a pesquisa realizada nos revela dois aspectos que julgamos fundamentais e que procuramos pôr em relevo neste artigo. Um deles traduz-se pela visão dos residentes, que se coaduna ao referencial utilizado na pesquisa, que põe em jogo, como questão crucial deste debate, aquilo que realmente deve ser avaliado em sala de aula, o objeto para o qual a avaliação se deve voltar, pensando-se em transformar a avaliação da aprendizagem em uma avaliação para a aprendizagem. Tudo isso implica uma mudança de cultura escolar e no modo como o professor concebe a produção do conhecimento, o seu processo e o seu resultado (ambos são igualmente importantes porque constituem um ciclo), isto é, o professor precisa avaliar, assim, para que o aluno aprenda. Isso permite, por sua vez, elaborar a avaliação diagnóstica que possibilita o crescimento do aluno, remetendo-se novamente à ideia de ciclo (ALMEIDA, 2008).

O outro desvela-se por meio da realização da análise dos registros dos residentes e suas observações acerca das práticas avaliativas. A forma contundente, embora pouco informada teoricamente, das observações registradas pelos residentes denota o quanto o tema avaliação é um ponto considerado em sua formação. No entanto, se é verdade que as práticas avaliativas estão longe de se distanciarem de ações coercitivas, que pouco colaboram com o avanço da aprendizagem das crianças, também é verdade que os processos formativos de professores pouco ou nada têm contribuído para que este profissional consiga, em seu exercício, romper com este tipo de prática. Nesse caso, seria necessário que a formação inicial tivesse o compromisso de formar professores que conseguissem não só diagnosticar o que deve ser alterado nas práticas avaliativas, mas propor outras formas de desenvolvê-las, de maneira a contribuir com a produção de uma escola pública de qualidade.

Creemos que esta estratégia de problematização na discussão sobre a avaliação da aprendizagem trará ainda mais elementos para que possamos pôr em relevo, por um lado, as discussões sobre o currículo da formação de professores e o potencial de

formação existente no período de desenvolvimento dos estágios, e por outro, uma discussão em favor de questionamentos sobre propostas pedagógicas que visam o sucesso de seus alunos e não a sobrevivência de um sistema excludente.

Referências

ALMEIDA, A. M. B. de. *Avaliação da aprendizagem no contexto dos ciclos: sentidos da prática avaliativa docente*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2008.

ESTEBAN, M. T. Provinha Brasil: desempenho escolar e discursos normativos sobre a infância. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, Portugal, v. n. 9, p. 47-56, mai/ago. 2009.

FREITAS, L. C. et al. *Avaliação Educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. São Leopoldo, v. 1, n. 1, jul. 2009.

Notas

ⁱ Residência Pedagógica compõe um Programa de Residência Pedagógica (PRP) de um curso de Pedagogia. Trata-se de um modelo inovador de estágio curricular que tem como foco a busca de um diálogo mais estreito entre a Universidade e a Escola Pública e sua contribuição, tanto para a formação inicial de estudantes do curso de Pedagogia, como para a formação continuada de professores em exercício.

ⁱⁱ O Plano de Ação Pedagógica – PAP consiste em um plano de intervenção a ser desenvolvido pelo residente, durante uma semana em seu período de residência, que é elaborado sob a supervisão do professor formador e do preceptor.

Sobre o autor:

Victor dos Santos Moraes possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São Paulo (2014). Foi bolsista em pesquisa de Iniciação Científica sobre avaliação da aprendizagem, na UNIFESP, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - UNIFESP - Guarulhos/SP.

Enviado em: 30/8/2016

Aceito para publicação em: 12/12/2017